

GRELHA DE CORREÇÃO DO EXAME

Época normal

POLÍTICAS FISCAIS E GOVERNAÇÃO GLOBAL

11 de janeiro de 2022 / Duração: 90 minutos

Regência: Prof.^a Doutora Paula Rosado Pereira

Responda a 3 (e apenas 3) das perguntas colocadas infra.

- Leia com atenção as questões suscitadas e responda ao que é solicitado ou comente, conforme requerido, abarcando todos os aspetos relevantes e aprofundando os temas.
- Seja claro, preciso e rigoroso nas suas respostas. Articule bem o seu raciocínio. Tenha em conta que se trata de um texto académico.
- Fundamente a sua análise, invocando disposições das fontes de Direito pertinentes (tratados, convenções, diretivas, propostas de diretiva, relatórios internacionais, legislação interna, etc.).

1

Refira-se à importância da **Convenção Multilateral**, explicando porque é que esta pode ser considerada como uma ponte entre o antigo e o novo Direito Fiscal Internacional. Aluda também às fragilidades ou insuficiências deste instrumento.

A resposta a esta questão deve abranger os seguintes aspetos:

Enquadrar a Convenção Multilateral no âmbito do Projeto BEPS, salientando a importância dos seus objetivos e a forma como a Convenção Multilateral contribui para os mesmos.

Referir o papel da Convenção Multilateral, na atualização “automática” das CDTs (especialmente das mais antigas), dotando-as de instrumentos de prevenção e combate em relação à erosão da base tributária e à transferência de lucros – instrumentos esses que são o expoente fundamental do novo DFI.

Abordar a importância prática desse processo de atualização e aludir a algumas das regras mais importantes da Convenção Multilateral.

Quanto às fragilidades ou insuficiências do instrumento, referir os problemas decorrentes da flexibilidade do instrumento (v.g. reservas dos Estados ou escolha de opções incompatíveis entre si, que podem impedir o alcance das finalidades pretendidas). Referir também a grande complexidade técnica do instrumento e as

dificuldades que se esperam ao nível da sua aplicação, designadamente por causa da inexistência de uma republicação oficial do texto das CDTs abrangidas, já com as alterações trazidas pela Convenção Multilateral.

2

Os **Pilares 1 e 2** da iniciativa **BEPS 2.0** da OCDE/G20 propõem vias diferentes de resolução dos problemas relacionados com a tributação da economia digital e dos grupos multilaterais de empresas.

Saliente essas diferenças, explicando o objetivo e o modo de atuação de cada um dos Pilares.

Pretende-se que a resposta:

Explique os objetivos da iniciativa BEPS 2.0 da OCDE/G20, no tocante à regulação das questões fiscais associadas à economia digital e aos grupos multinacionais de empresas.

Contraponha o Pilar 1 (referente à criação de um novo nexo de atribuição do direito de tributar às jurisdições, com base nas ideias de “criação de valor” nesse território e de ligação ao mercado dessa jurisdição, i.e., o local onde estão os clientes) e o Pilar 2 (relativo à imposição de uma tributação mínima de 15%), explicando as diferenças de abordagem de um pilar e de outro.

Comente as diferentes formas de abordagem e de atuação, representadas por cada um dos Pilares, expressando a sua opinião quanto às vantagens / fragilidades de cada um deles.

Indique os progressos que se esperam em cada um destes níveis.

3

Explique em que consistem as “**assimetrias híbridas**” e qual o seu papel nas práticas de elisão fiscal. Aborde também as principais iniciativas de OCDE e da UE destinadas a combater as “assimetrias híbridas”, concretizando alguns dos mecanismos aí previstos.

A resposta a esta questão deve abranger os seguintes aspetos:

Explicar o conceito de assimetrias híbridas, associando-o às particularidades e às diferenças de qualificação jurídica e de tratamento fiscal que estão na sua origem.

Exemplificar, indicando vários tipos de assimetrias híbridas.

Explicar a forma como as assimetrias híbridas são utilizadas para efeitos de elisão fiscal.

Indicar a forma como o Projeto BEPS e as Diretivas ATAD 1 e 2 (especialmente esta última) procuram combater a utilização das assimetrias híbridas com intuitos de elisão fiscal.

Comentar algumas das medidas previstas nos referidos instrumentos.

4

Qual o impacto das principais características da economia digital ao nível da erosão do conceito de **estabelecimento estável**?

A resposta a esta questão deve abranger os seguintes aspetos:

Caracterizar a economia digital. Referir, entre outros, os seguintes aspetos: o desenvolvimento de atividades económicas sem necessidade de presença física no território onde são desenvolvidas, a predominância do valor dos elementos intangíveis do negócio; os serviços prestados à distância, a venda de bens sem existência física.

Explicar em que consiste a erosão do conceito de estabelecimento estável. Referir as principais conclusões da ação 7 do BEPS.

Comentar o modo como a economia digital facilita grandemente o desenvolvimento de negócios no território de um Estado sem que nele se materializem os elementos centrais da existência de um estabelecimento estável: a instalação física e a presença de um agente dependente com determinados poderes.

Aprofundar esta temática, explicando em que consiste cada um dos elementos do estabelecimento estável, fundamentando a natureza essencialmente física de cada um deles e explicando também como esta presença física é facilmente dispensável no contexto da economia digital.

Cotação: 6 valores cada pergunta; 2 valores para ponderação global da clareza e do estilo da escrita